

Lição 3

“Depois do que foi dito, cabe considerar se se deve estabelecer como a mesma a virtude do homem bom e a do cidadão zeloso, ou como não a mesma. Mas, se convém obter isto por uma investigação, deve-se primeiro tomar, sob certo esboço, aquela que é do cidadão.

Assim como, portanto, o marinheiro é um membro de uma comunidade, do mesmo modo também chamamos assim o cidadão. Ora, embora os marinheiros existam com potência dissímil — pois um é remador, outro é piloto, outro é vigia da proa, e outro tem alguma outra denominação semelhante —, é evidente que a razão mais diligente de cada um será a de sua virtude própria. Do mesmo modo, porém, também convém a todos uma certa virtude comum. Pois a salvação da navegação é obra de todos eles; é isto que deseja cada um dos marinheiros. Do mesmo modo, portanto, embora os cidadãos existam com dessemelhança, a obra comum é a salvação da comunidade; ora, a comunidade é o regime, razão pela qual é necessário que a virtude do cidadão se refira ao regime. Se, portanto, há várias espécies de regime, é evidente que não pode haver uma única virtude perfeita do cidadão zeloso. Mas dizemos que o homem bom o é segundo uma única virtude perfeita. Portanto, é manifesto que pode acontecer que alguém, sendo cidadão zeloso, não possua a virtude segundo a qual se é homem zeloso.

Ademais, também segundo outro modo é possível, levantando dúvidas, chegar à mesma razão acerca do melhor regime. Pois, se é impossível que a cidade seja constituída de todos os que são zelosos, mas é preciso que cada um faça bem a obra que lhe compete, e isto provém da virtude, então, visto ser impossível que todos os cidadãos sejam semelhantes, não haverá uma só virtude do cidadão e do homem bom; pois convém que aquela que é do cidadão zeloso esteja em todos. Pois assim é necessário que a cidade seja a melhor; mas é impossível que nela esteja aquela que é do homem bom, a menos que seja necessário que todos os que são cidadãos na cidade zelosa sejam bons.

Além disso, visto que a cidade é constituída de partes dissímeis — assim como o animal é logo constituído de alma e corpo, e a alma de razão e apetite, e a casa de homem e mulher, e a propriedade de senhor e escravo —, do mesmo modo também a cidade se constitui de todos estes e, além destes, de outras espécies dissímeis; é necessário que não haja uma só virtude de todos os cidadãos, assim como não há uma só do corifeu e do que está ao seu lado no coro. Portanto, que não seja a mesma é manifesto a partir disto.

Mas talvez, em relação a algum, seja a mesma a virtude do cidadão zeloso e do homem zeloso. Dizemos, pois, que o governante zeloso é bom e prudente, e que é necessário que o político seja prudente.

E alguns dizem, além disso, que a disciplina do governante é logo outra, assim como parece que os filhos dos reis são instruídos na arte equestre e na guerra; e Eurípides diz: Não me interessam as coisas variadas e altas, mas aquelas de que a cidade tem necessidade; como se houvesse uma certa disciplina própria do governante. Se, portanto, é a mesma a do bom governante e a do homem bom, sendo cidadão também aquele que é súdito, não será absolutamente a mesma a do cidadão e a do homem, mas apenas a de algum que é capaz de governar, isto é, somente a de tal cidadão. Pois não é a mesma a do governante e a do cidadão, e por isso Jasão diz que passava fome quando não exercia a tirania, como se não soubesse ser um particular.

Mas, na verdade, louva-se o poder governar e ser governado, e a virtude do cidadão consiste em poder governar e ser governado bem. Se, portanto, estabelecemos que aquela que é do homem bom é a de governar, e aquela que é do cidadão é ambas, não serão ambas louváveis de modo semelhante.

Portanto, visto que às vezes parece ambas as coisas — que não convém que o governante e o súdito aprendam as mesmas coisas, mas que o cidadão deve saber ambas e participar de ambas —, também disto alguém poderá considerar o seguinte.

Pois há um governo despótico, e não é necessário que o governante saiba fazer as coisas ditas que dizem respeito ao necessário, mas antes usá-las; o outro, porém, é servil. Digo o outro como o poder também servir nas ações ministeriais. Ora, dizemos que há várias espécies de escravo, pois há várias operações, das quais uma parte a ocupam os que trabalham com as mãos; estes, como o próprio nome significa, são os que vivem das mãos, entre os quais está o artífice mecânico; por isso, entre alguns, antigamente os artífices não participavam dos governos, antes de existir a plebe ínfima. Portanto, nem o homem bom, nem o político, nem o bom cidadão devem aprender assim as obras dos súditos, a não ser eventualmente por causa de alguma oportunidade para si mesmo. Pois então não sucederia que um se tornasse senhor e outro escravo.

Mas há um certo governo segundo o qual se governa sobre os que são semelhantes em gênero e livres — a este chamamos de governo civil —, o qual convém que o governante aprenda tendo sido súdito, assim como governa a cavalaria aquele que entre eles foi súdito, e conduz o exército aquele que foi conduzido no exército, e aquele que esteve à frente de uma ordem e dispôs emboscadas; por isso também se diz bem que não governa bem quem não esteve sob um governante.

Ora, a virtude destes é diversa, mas convém que o bom cidadão saiba e possa governar e ser governado, e esta é a virtude do cidadão: conhecer o governo dos livres em relação a ambas as coisas; e também é do homem bom conhecer ambas, ainda que seja outra a espécie da temperança e da justiça que governa; pois, sendo súditos, mas livres e bons, é evidente que não haverá uma só virtude, por exemplo a justiça, mas que ela terá espécies segundo as quais se governará e se será governado. Pois, assim como são diversas a temperança e a fortaleza do homem e da mulher — com efeito, o homem pareceria tímido se fosse corajoso do modo como é corajosa a mulher, e a mulher pareceria loquaz se fosse tão ornada quanto o homem bom, visto que também a administração doméstica é diferente para o homem e para a mulher: pois a obra de um é adquirir, e a do outro conservar. A prudência é a única virtude própria do governante, pois as outras parece serem necessariamente comuns aos súditos e aos governantes. Mas a prudência não é virtude do súdito, e sim a opinião verdadeira. Pois é como o fabricante de flautas, que é o súdito, e o flautista, que é o governante que as usa. Portanto, se a virtude do homem bom e a do cidadão zeloso é a mesma ou outra, e como é a mesma e como é outra, é manifesto a partir disto.

His autem quae dicta sunt etc. Depois que o Filósofo mostrou o que é o cidadão, aqui investiga a virtude do cidadão. E divide-se em duas partes.

Na primeira, mostra que a virtude do cidadão e a virtude do homem bom não são absolutamente a mesma.

Na segunda parte, levanta a respeito disto algumas dúvidas, em ***circa civem autem*** etc.

Acerca do primeiro faz duas coisas.

Primeiro, mostra que a virtude do cidadão e a do homem bom não são absolutamente a mesma.

Na segunda, mostra que, em relação a algum cidadão, a virtude é a mesma que a do homem bom, em ***sed forte erit alicuius*** etc.

Acerca do primeiro faz duas coisas.

Primeiro, diz qual é a sua intenção: pois, depois do que foi dito, cabe, isto é, é consequente considerar se devemos estabelecer como a mesma a virtude do bom cidadão e do homem bom, ou não; o que é indagar se é a partir do mesmo que alguém se diz homem bom e bom cidadão; pois a virtude é aquilo que torna bom quem a possui. Ora, para que essa questão receba a devida investigação, é preciso mostrar primeiro qual é a virtude do cidadão, em um certo esboço, isto é, sob certa figura e semelhança.

Segundo, em ***sicut igitur nauta*** etc., mostra, por três razões, que a virtude do cidadão e a do homem bom não é a mesma.

Na primeira delas, apresenta uma semelhança para mostrar qual é a virtude do bom cidadão; e diz que, assim como "marinheiro" significa algo comum a muitos, assim também "cidadão". E que "marinheiro" seja comum a muitos, ele o manifesta porque, embora muitos, dissímeis em potência, isto é, em arte e ofício, se chamem marinheiros — um deles é o remador, que move o navio com os remos, outro o piloto, que dirige o movimento do navio com o leme, outro é o vigia da proa, isto é, o guarda da proa, que é a parte anterior do navio, e outros têm outros nomes e outros ofícios. Ora, é manifesto que a cada um destes convém algo segundo a virtude própria e algo segundo a comum. Pois à virtude própria de cada um pertence que tenha razão diligente e cuidado do próprio ofício, como o piloto do pilotar, e assim dos demais. Há, porém, uma certa virtude comum que convém a todos: pois a obra de todos eles tende a isto: que a navegação seja salva; a isto tende o desejo e a intenção de qualquer dos marinheiros, e a isto se ordena a virtude comum dos marinheiros, que é a virtude do marinheiro enquanto marinheiro. Assim também, embora haja diversos cidadãos com ofícios dissímeis e condições dissímeis na cidade, a obra comum de todos é a salvação da comunidade; a qual comunidade, na verdade, consiste na ordem do regime. Donde é patente que a virtude do cidadão enquanto cidadão se considera em ordem ao regime; de modo que é bom cidadão aquele que trabalha bem para a conservação do regime. Ora, há várias espécies de regime, como se dirá adiante, e a partir do que foi exposto acima é de algum modo manifesto; e os homens se ordenam bem aos diversos regimes segundo diversas virtudes. Pois de um modo se conserva a democracia e de outro modo a oligarquia ou a tirania. Donde é manifesto que não há uma só virtude perfeita segundo a qual o cidadão possa dizer-se absolutamente bom; mas alguém se diz homem bom segundo uma única virtude perfeita, a saber, segundo a prudência, da qual dependem todas as virtudes morais. Pode acontecer, portanto, que alguém seja bom cidadão sem, contudo, ter a virtude segundo a qual alguém é homem bom; e isto nos regimes que são diferentes do melhor regime.

Apresenta a segunda razão, em ***quinimmo et secundum alium modum*** etc. E diz que, por outro modo, indagando ou objetando, podemos chegar à mesma razão, também a respeito do melhor regime, a saber, que a virtude do bom cidadão e a do homem bom não é a mesma: pois é impossível, por melhor que seja o regime, que todos os cidadãos sejam virtuosos; mas, contudo, é preciso que cada um faça bem a sua obra que pertence à cidade, o que se dá segundo a virtude do cidadão enquanto cidadão. E por isso digo "a obra que lhe compete", porque não podem todos os cidadãos ser semelhantes, de modo que a mesma obra pertença a todos. E disto se segue que não há uma só virtude do cidadão e do homem bom. Essa consequência ele a manifesta assim: porque, no melhor regime, é preciso que qualquer cidadão tenha a virtude do bom cidadão, pois deste modo a cidade será a melhor; mas é impossível que todos tenham a virtude do homem bom, porque nem todos são virtuosos em uma cidade, como se disse.

Apresenta a terceira razão, em ***adhuc quoniam et ex dissimilibus*** etc. E diz que toda cidade consta de partes dissímeis, assim como o animal consta logo de partes dissímeis, a saber, de alma e corpo; e semelhantemente a alma humana consta de coisas dissímeis, a saber, da potência racional e da apetitiva; e novamente a sociedade doméstica consiste em coisas dissímeis, a saber, de homem e mulher; e a propriedade também consta de senhor e escravo. Ora, a cidade consta de todas estas diversidades e de muitas outras. Foi dito, porém, no livro primeiro que não é a mesma a virtude do que governa e do que é súdito, nem na alma nem tampouco nas outras coisas; donde também resulta que não há uma e a mesma virtude de todos os cidadãos, assim como vemos que nos coros não é a mesma a virtude do *summi*, isto é, daquele que conduz o coro, e do *astantis*, isto

é, daquele que assiste. Ora, é manifesto que a virtude do homem bom é uma e a mesma; resta, portanto, que a virtude do bom cidadão e a do homem bom não sejam a mesma.

Em seguida, quando diz ***sed forte erit alicuius eadem*** etc., mostra que, em relação a algum cidadão, a virtude é a mesma que a do homem bom. E acerca disto faz três coisas.

Primeiro, mostra o que propôs.

Segundo, a partir disto conclui a conclusão provada no que precede, em ***et disciplinam autem*** etc.

Terceiro, levanta uma certa dúvida acerca do que precede e a resolve, em ***at vero laudatur*** etc.

Diz, portanto, primeiro que talvez se possa dizer que, em relação a algum cidadão, para que seja bom, se requer a mesma virtude que é a do homem bom. Pois não se diz que alguém é bom governante a não ser que seja bom pelas virtudes morais e prudente. Com efeito, foi dito no sexto livro da Ética que a política é uma certa parte da prudência; donde é preciso que o *político*, isto é, o reitor do regime, seja prudente e, por conseguinte, homem bom.

Em seguida, quando diz ***et disciplinam autem*** etc., conclui a partir disto que a virtude do bom cidadão e a do homem bom não é absolutamente a mesma. E, para provar isto, primeiro apresenta o que alguns dizem: que é outra a disciplina do governante, pela qual deve ser instruído para a virtude, e a disciplina do cidadão, como parece pelo fato de que os filhos dos reis são educados na disciplina equestre e bélica. Donde também Eurípides disse, falando na pessoa do governante: "Não me pertence saber as coisas que são variadas e altas", a saber, as que os filósofos consideram, "mas aquelas cuja obra se ordena ao governo da cidade." E disse isto para significar que há uma certa disciplina própria do governante. E daí conclui que, se é a mesma a disciplina e a virtude do bom governante e do homem bom, mas nem todo cidadão é governante, sendo antes cidadãos também os súditos, segue-se que a virtude do cidadão e a do homem não é absolutamente a mesma, exceto talvez em relação a algum cidadão, a saber, aquele que pode ser governante. E isto porque não é a mesma a virtude do governante e a do cidadão. Por isso Jasão disse que passava fome quando não exercia a tirania, como se não soubesse viver como um *ydiota*, isto é, como pessoa privada.

Em seguida, quando diz ***at vero laudatur*** etc., levanta uma dúvida acerca do que precede. E acerca disto faz duas coisas.

Primeiro, objeta contra o que precede.

Segundo, resolve, em ***quoniam igitur aliquando videtur*** etc.

Diz, portanto, primeiro que às vezes se louva o cidadão pelo fato de que pode governar e ser governado bem. Se, portanto, a virtude do homem bom é a que é a virtude do bom governante, e a virtude do bom cidadão é a que se refere a ambas as coisas, a saber, a governar e a ser governado, segue-se que não são ambas louváveis de modo semelhante, a saber, ser bom cidadão e ser homem bom, mas ser bom cidadão seria muito melhor.

Em seguida, quando diz ***quoniam igitur*** etc., resolve a dúvida sobredita.

E primeiro estabelece de que modo é a mesma a disciplina do governante e do súdito, e de que modo não.

Segundo, mostra de que modo é a mesma a virtude de ambos, em ***horum autem virtus*** etc.

Acerca do primeiro faz três coisas.

Primeiro, propõe o que pretende; e diz que, porque, como foi dito antes, às vezes parecem verdadeiras ambas as coisas — a saber, que não convém que o governante e o súdito aprendam as mesmas coisas; e, de novo, que o bom cidadão deve saber ambas, a saber, governar e ser governado —, é preciso considerar, a partir do que se segue, de que modo ambas são verdadeiras.

Segundo, em ***est enim principatus*** etc., estabelece um modo de governo no qual se verifica uma das coisas que foram ditas, a saber, que é outra a disciplina do governante e do súdito. E diz que há um certo governo despótico, isto é, dominativo, no qual o governante é senhor dos súditos; e não convém que tal governante saiba fazer aquelas coisas que pertencem aos serviços necessários à vida, mas antes que saiba usá-las; a outra coisa, porém, a saber, poder servir naquilo que pertence às ações dos servidores, não parece ser governativa ou dominativa, mas antes servil. Ora, há diversas espécies de escravos segundo as diversas operações dos que servem; entre os quais uma parte a ocupam aqueles que trabalham com as mãos, como os sapateiros, os cozinheiros e semelhantes. Estes vivem das obras das mãos, como se significa pelo próprio nome; e entre tais se conta o artífice *banausus*, isto é, aquele que macula o corpo com a obra de sua arte, como se disse no livro primeiro. E, porque as operações destes artífices não são governativas, mas antes servis, por isso antigamente, entre alguns, os artífices não tinham nenhuma parte no governo da cidade; e digo isto antes de existir a *plebe*, isto é, o povo ínfimo, isto é, antes que os mais baixos do povo recebessem poder nas cidades. Assim, portanto, é patente que tais obras dos súditos não convém que sejam aprendidas *nem pelo bom político*, isto é, o governador da cidade, nem tampouco pelo *bom cidadão*, a não ser eventualmente por causa de alguma utilidade para si mesmo; não que nisto sirva a outros, porque já não haveria distinção entre senhor e escravo se os senhores exercessem tais obras servis.

Terceiro, em ***sed est quidam principatus*** etc., estabelece outro governo no qual se verifica a outra parte, a saber, que o governante e o súdito devem aprender as mesmas coisas. E diz que há um certo governo segundo o qual alguém governa, não como senhor sobre escravos, mas como sobre livres e iguais a si. E este é o governo civil, segundo o qual, nas cidades, ora estes, ora outros são assumidos para governar. E é preciso que tal governante aprenda, sendo súdito, como deve governar; assim como alguém aprende a governar a cavalaria pelo fato de ter sido súdito entre os cavaleiros, e alguém aprende a ser comandante do exército pelo fato de ter estado sob o comandante do exército, e de ter estado à frente de alguma ordem particular, por exemplo de uma centúria ou de uma coorte, e de ter disposto emboscadas por mandato do comandante. Pois o homem aprende a exercer um grande governo tanto pela sujeição quanto pelo exercício em ofícios menores. E quanto a isto se diz bem no provérbio que não pode governar bem quem não esteve sob um governante.

Em seguida, quando diz ***horum autem virtus quidem*** etc., mostra de que modo é a mesma, ou diversa, a virtude do governante e dos outros. E diz que também neste governo é outra a virtude do governante e do súdito; mas, contudo, é preciso que aquele que é absolutamente bom cidadão saiba tanto governar quanto ser governado, a saber, com governo não dominativo, que é dos escravos, mas político, que é dos livres. E esta é a virtude do cidadão: que se disponha bem a ambas as coisas; e semelhantemente pertencem ao homem bom ambas, a saber, tanto governar bem quanto ser governado bem. E assim, a virtude do bom cidadão, enquanto é capaz de governar, é a mesma que a do homem bom; mas, enquanto é súdito, é outra a virtude do governante e do homem bom em relação à virtude do bom cidadão; por exemplo, é outra a espécie da temperança e da justiça do governante e da temperança e da justiça dos súditos. Pois o súdito que é livre e bom não tem apenas uma virtude, por exemplo a justiça, mas a sua justiça tem duas espécies: segundo uma delas pode governar bem, e segundo a outra ser governado bem; e assim também acerca das outras virtudes.

E manifesta isto por um exemplo: porque é outra a temperança e a fortaleza do homem e da mulher; pois o homem seria reputado tímido se não fosse mais forte do que uma mulher forte; e a mulher, a quem convém a taciturnidade, seria reputada loquaz se fosse ornada, isto é, eloquente como um homem bom. E isto porque também na administração da casa uma coisa pertence ao homem, outra à mulher. Pois ao homem pertence adquirir as riquezas, e à mulher conservá-las. E assim também se dá na cidade acerca do governante e do súdito. Pois propriamente a virtude do governante é a prudência, que é regente e governativa. Já as outras virtudes morais, cuja razão consiste em ser governado e ser súdito, são comuns tanto aos súditos quanto aos governantes; mas, contudo, os súditos participam de algo da prudência, a saber, de modo que tenham opinião verdadeira acerca do que se deve fazer, pela qual possam governar-se a si mesmos nos próprios atos segundo o governo do governante. E dá o exemplo daquele que faz flautas, que se relaciona com o flautista, que usa as flautas, assim como o súdito com o governante: pois trabalha retamente ao fazer as flautas se tiver opinião regulada segundo o mandato do flautista; e assim se dá na cidade acerca do súdito e do governante. Ora, fala aqui da virtude do súdito não enquanto é homem bom — pois assim precisa ter prudência —, mas fala dele enquanto é bom súdito; pois para isto não se requer senão que tenha opinião verdadeira acerca daquilo que lhe é mandado.

Por último, epilogando, conclui que é manifesto a partir do que precede se é a mesma ou outra a virtude do homem bom e do bom cidadão; e, de novo, de que modo é a mesma e de que modo é outra: pois é a mesma enquanto pode governar bem, e outra enquanto pode ser governado bem.

Revision #3

Created 11 October 2026 19:15:26 by Admin

Updated 17 October 2026 14:15:57 by Admin